

GERA Maranhão -
Geradora de Energia do
Maranhão S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2024**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	6
Demonstrações do resultado	7
Demonstrações do resultado abrangente	8
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	9
Demonstrações dos fluxos de caixa	10
Notas explicativas às demonstrações financeira	11



KPMG Auditores Independentes Ltda.
Av. Djalma Batista, 1.661 - Sala 803
Millennium Center - Business Tower
69050-010 - Manaus/AM - Brasil
Caixa postal 3751
Telefone +55 (92) 2123-2350
kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Conselheiros e Diretores da
Gera Maranhão – Geradora de Energia do Maranhão S.A.
Miranda do Norte – MA**

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Gera Maranhão – Geradora de Energia do Maranhão S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Gera Maranhão – Geradora de Energia do Maranhão S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Manaus, 25 de fevereiro de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC SP-014428/O-6 F-AM



Thiago de Almeida Souza
Contador CRC 1SP251413/O-2

Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A.

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

Ativo	Nota	31/12/2024	31/12/2023	Passivos e patrimônio líquido	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	7	68.257	1.671	Fornecedores e contas a pagar	15	22.404	27.248
Contas a receber de clientes	8	2.088	15.651	Empréstimos e financiamentos	16	-	7.795
Contas a receber de contratos	9	45.687	54.021	Debêntures	17	-	47.952
Estoques	10	63.040	60.142	Obrigações trabalhistas		1.875	2.466
Impostos a recuperar		427	285	Obrigações tributárias	18	5.817	2.830
Adiantamentos e P&D	11	6.015	2.411	Imposto de renda e contribuição social	19	14.665	18.462
Aplicações financeiras vinculadas	12	-	23.914	Pesquisa e desenvolvimento - P&D	20	6.067	4.782
Despesas antecipadas		126	7.171	Dividendos a pagar	22	-	22.838
Total do Ativo circulante		185.640	165.266	Outras contas a pagar		262	2.050
				Total do passivo circulante		51.090	136.423
Não circulante				Não circulante			
Adiantamento a fornecedores		-	63	Empréstimos e financiamentos	16	-	15.426
Aplicações financeiras vinculadas	12	-	17.472	Total do passivo não circulante		-	15.426
Imobilizado	13	479.155	490.811	Total do passivo		51.090	151.849
Intangível	14	20.763	14.055	Patrimônio líquido	22		
		499.918	504.866	Capital social		139.039	139.039
Total do ativo não circulante		499.918	522.401	Reservas de lucros		495.429	385.664
				Dividendo adicional proposto		-	11.115
Total do ativo		685.558	687.667	Total do patrimônio líquido		634.468	535.818
				Total do passivo e do patrimônio líquido		685.558	687.667

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A.

Demonstrações do resultado

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais, exceto lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2024	2023
Receita operacional líquida	23	411.777	333.955
Custos das vendas	24	<u>(172.377)</u>	<u>(107.662)</u>
Lucro bruto		239.400	226.293
Despesas gerais e administrativas	25	(25.745)	(16.701)
Despesas tributárias		(1.976)	(2.033)
Outras receitas operacionais		<u>30</u>	<u>41</u>
Resultado antes do resultado financeiro e impostos		211.709	207.600
Receitas financeiras	26	4.663	6.366
Despesas financeiras	26	<u>(4.411)</u>	<u>(9.428)</u>
Resultado financeiro líquido		<u>252</u>	<u>(3.062)</u>
Resultado antes dos impostos		211.961	204.538
Imposto de renda e contribuição social	27	(71.320)	(69.578)
Incentivo fiscal do imposto de renda	27	<u>39.595</u>	<u>38.333</u>
Lucro líquido do exercício		<u>180.236</u>	<u>173.293</u>
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		<u>2.047,67</u>	<u>1.968,79</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A.

Demonstrações do resultado abrangente

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	180.236	173.293
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
Resultado abrangente total do exercício	<u><u>180.236</u></u>	<u><u>173.293</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	Reservas de lucros				Total	Lucros acumulados	Total do patrimônio líquido
		Capital social	Reserva legal	Reserva de incentivos fiscais	Retenção de lucros			
Saldos em 1º de janeiro de 2023		139.039	27.808	319.522	10.425	357.756	-	496.795
Distribuição de dividendos		-	-	-	(10.425)	(10.425)	-	(10.425)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	173.293	173.293
Incentivo fiscal do imposto de renda		-	-	38.333	-	38.333	(38.333)	-
Antecipação de dividendos		-	-	-	-	-	(123.845)	(123.845)
Retenção de lucros		-	-	-	11.115	11.115	(11.115)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2023		<u>139.039</u>	<u>27.808</u>	<u>357.855</u>	<u>11.115</u>	<u>396.779</u>	<u>-</u>	<u>535.818</u>
Distribuição de dividendos	22	-	-	-	(11.115)	(11.115)	-	(11.115)
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	180.236	180.236
Incentivo fiscal do imposto de renda	22	-	-	39.595	-	39.595	(39.595)	-
Antecipação de dividendos	22	-	-	-	-	-	(70.471)	(70.471)
Retenção de lucros		-	-	-	70.170	70.170	(70.170)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2024		<u>139.039</u>	<u>27.808</u>	<u>397.450</u>	<u>70.170</u>	<u>495.429</u>	<u>-</u>	<u>634.468</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023

(Em milhares de reais)

	Nota	2024	2023
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Lucro líquido do exercício		180.236	173.293
Ajustes para:			
Depreciação	13	15.116	15.062
Amortização	14	177	144
Baixa de ativo imobilizado	13	58	3
Rendimento de aplicações financeiras vinculadas	12	(3.618)	(5.057)
Juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	16/17	4.252	9.193
Imposto de renda e contribuição social correntes	27	31.725	31.245
Despesa com Pesquisa e desenvolvimento - P&D	20	4.079	3.307
Despesa com atualização de P&D	20	175	419
(Aumento) redução dos ativos			
Contas a receber de clientes e contas a receber de contratos		21.897	(28.950)
Estoques		(2.898)	1.402
Impostos a recuperar		(142)	(69)
Adiantamentos e P&D		(3.541)	15.040
Despesas antecipadas		7.045	(4.692)
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores e contas a pagar		(4.844)	24.219
Obrigações trabalhistas		(591)	117
Obrigações tributárias		2.987	(1.069)
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		(2.969)	(5.657)
Outras contas a pagar		(1.788)	506
Juros pagos sobre financiamentos e debêntures	16/17	(32.761)	(30.391)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(35.522)	(28.664)
Caixa líquido decorrente das atividades operacionais		<u>179.073</u>	<u>169.401</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Resgate de aplicações financeiras	12	45.004	4.300
Aquisição de imobilizado	13	(3.518)	(1.056)
Aquisição de intangível	14	(6.885)	(1.457)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>34.601</u>	<u>1.787</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos pagos	22	(104.424)	(142.616)
Pagamento de empréstimos e financiamentos	16	(21.807)	(12.149)
Amortização de Debêntures	17	(20.857)	(20.855)
Caixa líquido decorrente das atividades de financiamento		<u>(147.088)</u>	<u>(175.620)</u>
(Redução) / aumento em caixa e equivalentes de caixa		66.586	(4.432)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		<u>1.671</u>	<u>6.103</u>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		<u>68.257</u>	<u>1.671</u>
(Redução) / amento em caixa e equivalentes de caixa		<u>66.586</u>	<u>(4.432)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais)

1 Contexto operacional

A Gera Maranhão - Geradora de Energia do Maranhão S.A. (“Companhia” ou “Gera Maranhão”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 3 de setembro de 2007, com sede na via de acesso à Subestação Miranda II da Eletronorte, Km 3, Portão A - Zona Rural, no município de Miranda do Norte, estado do Maranhão.

A Companhia tem como objeto social exclusivamente a implantação e exploração de duas usinas termelétricas, denominadas UTE GERAMAR I e UTE GERAMAR II, também na cidade de Miranda do Norte, possui 330 MW de capacidade instalada.

a. Resolução normativa

A Companhia foi autorizada a estabelecer-se como produtora independente de energia elétrica por meio da Portaria nº 017, de 17 de janeiro de 2008, e da Portaria nº 019, de 18 de janeiro de 2008, ambas do Ministério de Minas e Energia, pelo prazo de 35 anos, com término da autorização em 2043.

b. Operação

Em virtude da autorização da qual é titular, e pelo fato de ser uma produtora independente de energia elétrica, que comercializa seu produto de forma independente, a preços estabelecidos por meio do cálculo do Custo Variável Unitário (CVU) e de uma Parcela Fixa Mensal, a Companhia não está sujeita às limitações de venda de energia entre partes relacionadas e à necessidade de realização de leilões de venda de energia. Portanto, suas atividades não se enquadram nos requerimentos da Interpretação Técnica ICPC 01(R1) - Contratos de Concessão.

c. Contrato de comercialização

A Companhia iniciou suas operações em 9 de janeiro de 2010 (UTE GERAMAR I) e 6 de fevereiro de 2010 (UTE GERAMAR II), sendo que cada usina é constituída por 19 (dezenove) unidades moto geradoras, totalizando 330 MW de capacidade instalada. Atualmente, fornece energia elétrica para 36 (trinta e seis) clientes, nos termos dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), celebrados em 25 de fevereiro de 2008, com início em 1º de janeiro de 2010 e término em 31 de dezembro de 2024.

Em 21 de dezembro de 2021, por força de decisão liminar do STJ, a Companhia, por meio das UTEs GERAMAR I e GERAMAR II, participaram e venceram o Leilão de Reserva de Capacidade, que objetivava a Contratação de Potência Elétrica e de Energia Associada, a partir de empreendimentos de geração, novos e existentes, que acrescentem potência elétrica ao Sistema Interligado Nacional (SIN) - Leilão de Geração ANEEL nº 011/2021.

Após revogação da decisão liminar pelo STJ, apesar de ter apresentado duas das propostas mais vantajosas à Administração Pública e aos consumidores, a Companhia foi excluída do certame, conforme Despacho ANEEL nº 908, de 1º de abril de 2022, e Nota Técnica nº 15/2022-CEL/ANEEL, de 31 de março de 2022.

Contudo, dando provimento ao Recurso Ordinário interposto pela Companhia, a 2ª Turma do Supremo Tribunal Federal (STF) reformou integralmente a decisão do STJ, concedendo a segurança para determinar a permanência da Companhia, por suas duas usinas termelétricas, GERAMAR I e GERAMAR II, no Leilão para Contratação de Potência Elétrica e de Energia Associada.

Em detrimento de tal decisão, a União / MME e a Petrobrás interpuseram Embargos de Declaração, ambos tendo sido rejeitados pela 2ª Turma do STF. Dessa última decisão não houve recurso por nenhuma das partes, tendo o processo transitado livremente em julgado, tendo havido a intimação da União / MME a respeito de tal fato.

Desta feita, tendo em vista o trânsito em julgado da demanda acima indicada, a ANEEL / União / MME retomaram os procedimentos do Leilão de Reserva de Capacidade nº 011/2021, o que ensejou a adjudicação do resultado em favor da Companhia e consequente formalização do contrato.

Eventos significativos do exercício

Nos dias 22 e 25 de novembro de 2024, a Companhia firmou com a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) os novos Contratos de Potência de Reserva de Capacidade (CRCAP) nº 7/2021 e nº 8/2021, que terão início no dia 1º de julho de 2026 e término no dia 30 de junho de 2041.

Esses novos contratos, com validade de 15 anos, possuem as mesmas características dos contratos que se encerram em 31 de dezembro de 2024.

Nesse contexto, no período de 1º de janeiro de 2025 a 30 de junho de 2026, as usinas ficarão conectadas no Sistema como “Usinas Merchant”, obtendo receitas de geração de energia nessa condição. Caso essas receitas não sejam suficientes para sua manutenção operacional, a Companhia se utilizará (i) de suas reservas financeiras acumuladas e (ii) redução de gastos.

Em 2023 e 2024 as usinas geraram e forneceram energia por determinação do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), nos períodos (i) de 25 a 31 de outubro; de 13 a 19 e 30 de novembro; e de 1, 2, 4 a 6, 15, 18 a 20 de dezembro de 2023; e (ii) de 10, 11, 19 e 20 de janeiro; de 19 a 20 de março; de 25 e 29 de julho; de 7 a 9, 12, 14 a 16, 19, 23, 27 a 30 de agosto; de 2 a 6, 9 a 14, 16, 19 a 20 de setembro; de 2, 17, 29 a 31 de outubro; e de 6, 11, 12, 18, 21, 22, 25 a 28 de novembro de 2024.

Nos demais períodos de 2023 e 2024, as usinas permaneceram em disponibilidade, sem gerar energia, sendo remuneradas mensalmente de acordo com as cláusulas dos Contratos de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR).

2 Base de preparação e declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração da Companhia em 25 de fevereiro de 2025.

Detalhes sobre as políticas contábeis estão apresentadas na nota explicativa nº 6. Todas as

informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em milhares foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas notas explicativas:

- nota explicativa nº 6 (e) (iii) – Vida útil estimada do ativo imobilizado.
- nota explicativa nº 6 (h) – reconhecimento de receita: se a receita de energia fornecida é reconhecida ao longo do tempo ou em um momento específico no tempo;

Incertezas sobre premissas e estimativas

As informações sobre incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material nos saldos contábeis de ativos e passivos no próximo exercício financeiro estão incluídas na nota explicativa nº 21 – Processos judiciais: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos.

Mensuração do valor justo

Certas políticas e divulgações contábeis da Companhia requerem a mensuração dos valores justos, para os ativos e passivos financeiros e não financeiros. Os valores justos são apurados para o propósito de mensuração e divulgação. Quando aplicável, informações adicionais sobre premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas políticas contábeis e demais notas explicativas de ativos e passivos correspondentes.

Ao mensurar o valor justo de um ativo ou de um passivo, a Companhia usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Informações adicionais sobre as premissas utilizadas na mensuração dos valores justos estão incluídas na nota explicativa nº 29 - Instrumentos financeiros.

5 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas substancialmente com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais, que são mensurados a cada data de reporte e reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- Os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

6 Políticas contábeis materiais

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente nos exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

(i) *Reconhecimento e mensuração inicial*

Contas a receber de clientes emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento.

Um ativo financeiro (a menos que seja um contas a receber de clientes sem um componente de financiamento significativo) ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, acrescido, para um item não mensurado ao VJR, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes sem um componente significativo de financiamento é mensurado inicialmente ao preço da operação.

(ii) *Classificação e mensuração subsequente*

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado; ao VJORA – instrumento de dívida; ao VJORA – instrumento patrimonial; ou ao VJR.

Os ativos financeiros não são reclassificados subsequentemente ao reconhecimento inicial, a não ser que a Companhia mude o modelo de negócios para a gestão de ativos financeiros, e neste caso todos os ativos financeiros afetados são reclassificados no primeiro dia do período de apresentação posterior à mudança no modelo de negócios.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Um instrumento de dívida é mensurado ao VJORA se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR:

- é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é atingido tanto pelo recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e
- seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, a Companhia pode optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em outros resultados abrangentes - ORA. Essa

escolha é feita investimento por investimento.

Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJORA, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. Isso inclui todos os ativos financeiros derivativos, se houver. No reconhecimento inicial, a Companhia pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado ou ao VJORA como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria.

Ativos financeiros

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque isso reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem:

- as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas. Eles incluem a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos;
- como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia;
- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados;
- como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e
- a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Para fins dessa avaliação, o 'principal' é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os 'juros' são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, a Companhia considera:

- eventos contingentes que modifiquem o valor ou o a época dos fluxos de caixa;
- termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis;

- o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e
- os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

O pagamento antecipado é consistente com o critério de pagamentos do principal e juros caso o valor do pré-pagamento represente, em sua maior parte, valores não pagos do principal e de juros sobre o valor do principal pendente - o que pode incluir uma compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato.

Além disso, com relação a um ativo financeiro adquirido por um valor menor ou maior do que o valor nominal do contrato, a permissão ou a exigência de pré-pagamento por um valor que represente o valor nominal do contrato mais os juros contratuais (que também pode incluir compensação adicional razoável pela rescisão antecipada do contrato) acumulados (mas não pagos) são tratadas como consistentes com esse critério se o valor justo do pré-pagamento for insignificante no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por <i>impairment</i> . A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Instrumentos de dívida a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. A receita de juros calculada utilizando o método de juros efetivos, ganhos e perdas cambiais e <i>impairment</i> são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecido em ORA. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais a VJORA	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Passivos financeiros

Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for classificado como mantido para negociação, for um derivativo ou for designado como tal no reconhecimento inicial. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido, incluindo juros, é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado.

(iii) Classificação e mensuração subsequente

Ativos financeiros

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos contratuais de recebimento aos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são

transferidos ou na qual a Companhia nem transfere nem mantém substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro e também não retém o controle sobre o ativo financeiro.

A Companhia realiza transações em que transfere ativos reconhecidos no balanço patrimonial, mas mantém todos ou substancialmente todos os riscos e benefícios dos ativos transferidos. Nesses casos, os ativos financeiros não são desreconhecidos.

Passivos financeiros

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expira. A Companhia também desreconhece um passivo financeiro quando os termos são modificados e os fluxos de caixa do passivo modificado são substancialmente diferentes, caso em que um novo passivo financeiro baseado nos termos modificados é reconhecido a valor justo.

No desreconhecimento de um passivo financeiro, a diferença entre o valor contábil extinto e a contraprestação paga (incluindo ativos transferidos que não transitam pelo caixa ou passivos assumidos) é reconhecida no resultado.

(iv) *Compensação*

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(v) *Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de hedge*

A Companhia não operou com instrumentos financeiros derivativos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

b. *Contas a receber de contrato*

Os valores a faturar são apropriados com base em relatórios técnicos que demonstram a receita por energia contratada parcela fixa e variável, emitidos pela área de operação da Companhia.

Conforme acordado no Contrato de Comercialização de Energia Elétrica no Ambiente Regulado (CCEAR), a Companhia emite o faturamento mensal com base no valor informado no sítio da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE). A Companhia, então, obedece ao cronograma de faturamento que é dividido em três parcelas: (i) a primeira com vencimento no vigésimo dia do mês subsequente; (ii) a segunda com vencimento no trigésimo dia do mês subsequente; e (iii) a terceira com vencimento no décimo dia do mês posterior ao mês subsequente.

c. *Contas a receber de clientes*

São registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia. Os impostos retidos na fonte pelas entidades de economia mista e/ou públicas são reconhecidos somente quando ocorre o recebimento do cliente, e são considerados créditos tributários.

Baseada nos contratos celebrados e no histórico com os clientes da Companhia, a Administração não espera ter perdas significativas nas suas contas a receber e, por isso, não constituiu provisão

para redução ao valor recuperável.

d. Estoques

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição, acrescidos de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. Os valores dos estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

e. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e quaisquer perdas acumuladas de redução ao valor recuperável (*impairment*).

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa, quando incorrido.

(ii) Custos subsequentes

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido no valor contábil do item caso seja provável que os benefícios econômicos incorporados dentro do componente irão fluir para a Companhia e que o seu custo pode ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção no dia-a-dia do imobilizado são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor histórico, que é o custo de itens do ativo imobilizado, líquido de seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

As vidas úteis estimadas do ativo imobilizado para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	45 anos
Móveis e utensílios	10 anos
Máquinas e equipamentos	45 anos
Equipamentos de informática	5 anos

f. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(iv) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, tal como imobilizado, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

O valor recuperável de um ativo ou unidade geradora de caixa é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes por meio da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo. Para a finalidade de testar o valor recuperável, os ativos

que não podem ser testados individualmente são agrupados juntos no menor grupo de ativos que gera entrada de caixa de uso contínuo, que são em grande parte independentes dos fluxos de caixa de outros ativos ou grupos de ativos (a “unidade geradora de caixa ou UGC”).

Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida caso o valor contábil de um ativo exceda seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativos, que não sobre ágio, reconhecidas em exercícios anteriores, são avaliadas a cada data de apresentação para quaisquer indicações de que a perda tenha aumentado, diminuído ou não mais exista. Uma perda de valor é revertida caso tenha havido uma mudança nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é revertida somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

(v) Ativos financeiros

Os valores contábeis dos ativos financeiros da Companhia, que não os estoques, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

g. Intangível

Os ativos intangíveis compreendem softwares adquiridos de terceiros, que são mensurados pelo custo total de aquisição, deduzido da amortização, que é calculada linearmente pelo período de 5 anos. A Companhia mantém ainda como intangível, projetos de energia elétrica, que estão sendo desenvolvidos pela Companhia, cuja amortização se dará a partir do momento em que o ativo estiver disponível para utilização.

h. Receita de contratos com clientes

O CPC 47 estabelece uma estrutura abrangente para determinar se e quando uma receita é reconhecida e por quanto a receita é mensurada. De acordo com o CPC 47, a receita é reconhecida quando o cliente obtém o controle dos bens ou serviços.

Determinar o momento do cumprimento das obrigações de desempenho - em um momento específico no tempo ou ao longo do tempo - requer julgamento.

A Companhia adotou o CPC 47 usando o método de efeito cumulativo (sem expedientes práticos), com o efeito de aplicação inicial da norma em 1º de janeiro de 2018.

Receita de venda de energia contratada por disponibilidade: referente a receita fixa, reconhecida pelo contrato de disponibilidade das usinas. A Companhia possui segurança jurídica em seus contratos de comercialização de energia elétrica no ambiente regulado (CCEAR) e não há expectativa de devoluções. No CPC 47 a receita continua sendo reconhecida ao longo do tempo em que se disponibiliza a energia contratada aos clientes em um momento específico que representa o cumprimento da obrigação de performance previsto no contrato.

Receita de venda de energia fornecida: referente as receitas variáveis, reconhecidas por meio das medições para apurar os volumes de energia fornecidos, relacionadas ao CVU e ao MCP, além do ressarcimento da energia adquirida junto a CCEE. Conforme o CPC 47 a receita de energia fornecida e os custos associados são reconhecidos pela entrega da energia gerada aos clientes.

i. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras compreendem, substancialmente, receita de juros sobre aplicações financeiras. As despesas financeiras compreendem, principalmente, juros sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

j. Benefícios a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

k. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação.

l. Subvenção e assistência governamentais

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do exercício, confrontada com as despesas que pretende compensar, em base sistemática, desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais.

m. Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício.

A instalação das usinas na região da Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), de acordo com projetos aprovados pelas autoridades federais envolvidas, permite à Companhia usufruir de redução da base de cálculo do imposto de renda em 75% sobre o lucro da exploração. As despesas com imposto de renda e contribuição social reconhecidas compreendem os respectivos tributos correntes.

7 Caixa e equivalentes de caixa

	2024	2023
Caixa e bancos	15.483	1.671
Aplicações financeiras de liquidez imediata (a)	52.774	-
	<u>68.257</u>	<u>1.671</u>

- (a) O aumento significativo nas aplicações financeiras está relacionado à retenção de caixa pela Companhia, a ser utilizada durante o período de transição até o início da vigência do novo CRCAP.

As aplicações financeiras de liquidez imediata são representadas por aplicações, pré-fixadas, em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, compromissadas, livre para resgate e avaliadas ao valor de realização, cuja rentabilidade no período foi de 0,85%.

Instituição financeira	Tipo de investimento	Taxa média de remuneração em relação ao CDI (ao ano)	2024	2023
Banco BTG Pactual S.A	Operações CDB-CDB0038YJLV	100%	25.272	-
Banco Itaú Unibanco S.A	Operações compromissadas	80%	27.502	-
			<u>52.774</u>	<u>-</u>

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota explicativa nº 29.

8 Contas a receber de clientes

	2024	2023
Valores faturados a vencer (a)	<u>2.088</u>	<u>15.651</u>

- (b) Não há títulos vencidos e com base no histórico de recebimentos, a administração concluiu que não se faz necessária a constituição de provisão para perda de crédito ou perda esperada.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao Contas a receber de clientes está divulgada na nota explicativa nº 29.

9 Contas a receber de contratos

	2024	2023
Valores a faturar - mês anterior (a)	15.254	14.372
Valores a faturar - mês corrente (b)	<u>30.433</u>	<u>39.649</u>
	<u>45.687</u>	<u>54.021</u>

- (a) Em 31 de dezembro de 2024, o total de R\$ 15.254 refere-se a: R\$ 9.975 como 1 terço da receita fixa e R\$ 5.279 como parte da energia contratada parcela variável, ambos do mês de novembro de 2024; e
- (b) Os valores a faturar - mês corrente, no total de R\$ 30.433, refere-se à receita fixa integral do mês de dezembro de 2024.

O faturamento da receita fixa atende a um cronograma firmado entre a Companhia e o CCEAR, cujas emissões seguem um cronograma dividido em três partes iguais.

A Companhia avaliou suas contas a receber, e em função de os valores acima serem garantidos pelo CCEAR, bem como não ter histórico de perda e/ou atrasos no recebimento, a Companhia concluiu não ser necessária a constituição de provisão para perda.

10 Estoques

	2024	2023
Óleos combustíveis e lubrificantes (a)	34.997	33.313
Material sobressalente - partes e peças (b)	27.334	26.101
Consumíveis, limpeza, uniformes e químicos	709	728
	63.040	60.142

- (a) O estoque de combustíveis refere-se a insumos utilizados na geração de energia elétrica. A Companhia continua a adotar a política de manter elevado estoque de óleo, sendo 8,2 mil toneladas de Óleo Combustível B1 (OCB1) em 31 de dezembro de 2024 (7,6 mil toneladas em 31 de dezembro de 2023), que representa 72% (67% em 2023) da capacidade de estocagem instalada das usinas, considerado suficiente para eventuais contingências.
- (b) O estoque de material sobressalente refere-se a materiais que serão utilizados nas manutenções das máquinas e equipamentos das usinas.

A Companhia avaliou seus estoques existentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e concluiu não ser necessária a constituição de provisão para obsolescência dos estoques e/ou estoques de baixo giro.

11 Adiantamentos e P&D

	2024	2023
Projeto de P&D - Armazenamento de energia solar BESS (a)	2.028	123
Projeto de P&D - Sistema de Aquecimento de Motor de Combustão (a)	2.815	632
Projeto de gestão (a)	139	-
Adiantamentos	1.033	1.656
	6.015	2.411

- (a) Esses projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao serem concluídos, serão integralmente utilizados pela Companhia para deduzir do saldo a investir em P&D, conforme Nota Explicativa nº 20.

12 Aplicações financeiras vinculadas

	Taxa média de remuneração (ao ano)	2024	2023
Instituição financeira			
Banco da Amazônia S.A. - BASA (Circulante)	10,73%	-	23.914
Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB (Não circulante)	10,62%	-	17.472
		-	41.386

Tratava-se das garantias requeridas nos instrumentos de financiamento de longo prazo, emitidas em favor do BASA e do BNB. Essas aplicações poderiam ser resgatadas no caso de inadimplência da Companhia ou ao final dos contratos com o BASA e o BNB.

	2023	Juros auferidos	Resgates e IRRF	2024
BASA	23.914	2.109	(26.023)	-
BNB	17.472	1.509	(18.981)	-
	41.386	3.618	(45.004)	-

As aplicações financeiras vinculadas foram resgatadas integralmente pela Companhia nos dias 23 de outubro de 2024 (BNB) e 28 de outubro de 2024 (BASA), em função da amortização integral e de forma antecipada do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e do Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), conforme descrito nas notas explicativas nº 16 e 17.

13 Imobilizado

Custo	Taxas de	Saldos em	Adições	Baixas	Transfe- rências	Saldos em
	depreciação	% a.a.				31/12/2023
Terrenos		180	-	-	-	180
Edificações		67.383	1.040	-	-	68.423
Móveis e utensílios		1.181	21	(10)	-	1.192
Máquinas e equipamentos		598.850	147	(28)	4.503	603.472
Equipamentos de informática		1.176	43	(24)	-	1.195
Manutenções em andamento (a)		39.719	2.267	-	(4.503)	37.483
Ativo de direito de uso		267	-	-	-	267
		<u>708.756</u>	<u>3.518</u>	<u>(62)</u>	<u>-</u>	<u>712.212</u>
Depreciação						
Edificações	2,22	(20.729)	(1.543)	-	-	(22.272)
Móveis e utensílios	10,00	(870)	(126)	3	-	(993)
Máquinas e equipamentos	2,22	(195.052)	(13.374)	1	-	(208.425)
Equipamentos de informática	20,00	(1.027)	(73)	-	-	(1.100)
Ativo de direito de uso	33,00	(267)	-	-	-	(267)
		<u>(217.945)</u>	<u>(15.116)</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>(233.057)</u>
Imobilizado líquido		<u>490.811</u>	<u>(11.598)</u>	<u>(58)</u>	<u>-</u>	<u>479.155</u>

- (a) Desse saldo apurado em 31 de dezembro de 2024, R\$ 35.997 refere-se à aquisições de partes e peças para manutenção de 24 mil horas dos motores de geração, cuja previsão para conclusão é 2027. As paralisações para manutenções ocorrem por, no máximo, 20 dias e, como a usina é modular, essas atividades somente são executadas em um motor por vez, de forma que a operação pode aumentar a potência dos demais motores para compensar essa geração do motor parado, dessa forma, não ocorre perda de geração da usina.

Custo	Taxas de	Saldos em	Adições	Baixas	Saldos em
	depreciação	% a.a.			31/12/2022
Terrenos		180	-	-	180
Edificações		66.660	723	-	67.383
Móveis e utensílios		1.144	42	(5)	1.181
Máquinas e equipamentos		598.586	264	-	598.850
Equipamentos de informática		1.149	27	-	1.176
Manutenções em andamento (a)		39.719	-	-	39.719
Ativo de direito de uso		267	-	-	267
		<u>707.705</u>	<u>1.056</u>	<u>(5)</u>	<u>708.756</u>
Depreciação					
Edificações	2,22	(19.212)	(1.517)	-	(20.729)
Móveis e utensílios	10,00	(753)	(119)	2	(870)
Máquinas e equipamentos	2,22	(181.734)	(13.318)	-	(195.052)
Equipamentos de informática	20,00	(919)	(108)	-	(1.027)

Ativo de direito de uso	33,00	(267)	-	-	(267)
		<u>(202.885)</u>	<u>(15.062)</u>	<u>2</u>	<u>(217.945)</u>
Imobilizado líquido		<u>504.820</u>	<u>(14.006)</u>	<u>(3)</u>	<u>490.811</u>

14 Intangível

	Taxas de amortização % a.a.	Saldos em 31/12/2023	Adições	Saldos em 31/12/2024
Custo				
<i>Softwares</i>		2.071	168	2.239
Projetos de energia em andamento (a)		<u>13.421</u>	<u>6.717</u>	<u>20.138</u>
		<u>15.492</u>	<u>6.885</u>	<u>22.377</u>
Amortização				
<i>Softwares</i>	25,00	<u>(1.437)</u>	<u>(177)</u>	<u>(1.614)</u>
Intangível líquido		<u>14.055</u>	<u>6.708</u>	<u>20.763</u>

	Taxas de amortização % a.a.	Saldos em 31/12/2022	Adições	Saldos em 31/12/2023
Custo				
<i>Softwares</i>		1.851	220	2.071
Projetos de energia em andamento (a)		<u>12.184</u>	<u>1.237</u>	<u>13.421</u>
		<u>14.035</u>	<u>1.457</u>	<u>15.492</u>
Amortização				
<i>Softwares</i>	25,00	<u>(1.293)</u>	<u>(144)</u>	<u>(1.437)</u>
Intangível líquido		<u>12.742</u>	<u>1.313</u>	<u>14.055</u>

- (a) Trata-se da contratação de serviços nas áreas de engenharia, jurídico e regulatório, consultoria ambiental, e consultoria técnica, inerentes aos investimentos nos Projetos de Energia Elétrica relacionados à Novas Usinas, que estão sendo desenvolvidos pela Companhia, com expectativa de conclusão conforme leilões de energia que serão realizados pela ANEEL, previstos para o ano de 2025.

15 Fornecedores e contas a pagar

	2024	2023
Vibra Energia S.A (a)	17.021	22.025
CUST - Contrato de Uso do Sistema de Transmissão	2.980	2.769
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco	93	91
Randstad Brasil Recursos Humanos Ltda.	52	51
Executiva Recursos Humanos Ltda.	100	79
Simple Energy Comercializadora de Energia Ltda.	-	309
Patrulha Segurança Privada Ltda	74	74
Firenza Transportes de Cargas e Locação de Veículos Ltda	-	66
UCB Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A.	-	921
Weco SA Indústria de Equipamento Termo Mecânico	355	-
Tradener Limitada	346	-
Schneider Electric Brasil Ltda	297	-
Wartsila Switzerland Ltd.	45	-
Outros	<u>1.041</u>	<u>863</u>
	<u>22.404</u>	<u>27.248</u>

- (a) O Saldo está relacionado à entrada em operação das usinas por determinação do ONS, a partir de 25 de julho de 2024. As compras junto a Vibra Energia S.A. são relacionadas substancialmente à aquisição do combustível OC-B1, principal insumo utilizado pela Companhia para geração de energia.

16 Empréstimos e financiamentos

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	2024	2023
Banco do Nordeste do Brasil S.A. – BNB (a)	FNE	26/12/2026	-	23.221
Circulante			-	7.795
Não circulante			-	15.426

- (a) Tratava-se de financiamento na modalidade Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), gerido pelo BNB, com valores liberados no montante de R\$ 83.487, acrescidos de juros de 10% a.a., a ser diminuído de bônus por adimplência de 15%, o que resultava em juros efetivos de 8,5% a.a., e a amortização deveria ocorrer em 180 meses. Estava garantido pelo aval de acionistas, penhor das ações da Companhia, hipoteca do imóvel onde está instalado o empreendimento, alienação fiduciária de máquinas e equipamentos das Usinas, cessão de direitos emergentes e cessão dos direitos de crédito dos contratos CCEAR.

Em 22 de outubro de 2024, a Companhia amortizou integralmente e de forma antecipada este financiamento na modalidade FNE - Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste, junto ao Banco do Nordeste do Brasil S.A (BNB).

Dessa forma, em 11 de dezembro de 2024 procedeu-se a baixa da hipoteca do imóvel onde está instalado as usinas, conforme Certidão de Inteiro Teor, emitida pelo Cartório da Serventia Extrajudicial de Miranda do Norte, nos termos da autorização do Banco do Nordeste do Brasil S.A, através do ofício n°. 2024/1700-2887, datado de 19 de novembro de 2024.

Nesse contexto, a Companhia mantém em andamento a baixa da Escritura Pública de Crédito, emitida em 28 de dezembro de 2011 e de todas as garantias alienadas ao Banco do Nordeste do Brasil S.A.

a. Movimentação no saldo de empréstimos e financiamentos no exercício

Tipo	2023	Juros incorridos	Juros pagos	Principal pago	2024
FNE	23.221	1.859	(3.273)	(21.807)	-

17 Debêntures

Instituição financeira	Tipo	Vencimento	2024	2023
Banco da Amazônia S.A. – BASA (a)	FDA	16/12/2024	-	47.952
Circulante			-	47.952
Não circulante			-	-

- (a) As debêntures referiam-se a financiamento junto ao Fundo de Desenvolvimento da Amazônia (FDA), gerido pela Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), e tomado do Banco da Amazônia S.A., no valor total de R\$ 334.057, por meio da emissão de 334.057.000 debêntures. O saldo devedor era corrigido pela Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), acrescida de juros 0,85% a.a., mais 0,15% a.a. de *del credere*, e a amortização deveria ocorrer em 180 meses.

As debêntures estavam garantidas pelo: Aval de acionistas; Penhor de 100% das ações da Companhia; Hipoteca do imóvel onde está instalado o empreendimento, incluídas as benfeitorias no montante aproximado de R\$ 119.262; Alienação fiduciária de máquinas e equipamentos das Usinas no montante aproximado de R\$ 388.000; e Cessão dos direitos de créditos dos CCEAR.

Em 28 de outubro de 2024, a Companhia amortizou integralmente e de forma antecipada este financiamento na modalidade FDA - Fundo de Desenvolvimento da Amazônia, junto ao Banco da Amazônia S.A. (BASA).

Consequentemente, em 11 de dezembro de 2024 procedeu-se a baixa da hipoteca do imóvel onde está instalado as usinas, conforme Certidão de Inteiro Teor, emitida pelo Cartório da Serventia Extrajudicial de Miranda do Norte, nos termos da autorização do Banco da Amazônia S.A., através da carta de autorização de cancelamento, datada de 07 de novembro de 2024.

Nesse contexto, a Companhia mantém em andamento a baixa da Escritura Pública da Primeira Emissão de Debêntures conversíveis em ações da espécie com garantia real e fidejussória por fiança, emitida em 10 de março de 2010 e de todas as garantias alienadas ao Banco da Amazônia S.A.

b. Movimentação no saldo de debêntures ao longo do exercício

Tipo	2023	Juros incorridos	Juros pagos	Principal pago	2024
FDA	47.952	2.393	(29.488)	(20.857)	-

18 Obrigações tributárias

	2024	2023
ISS	33	31
INSS	29	28
IRRF sobre salários	3.301	396
IRRF sobre serviços	34	16
PIS e Cofins – Lei nº 10.833	245	53
ICMS	235	13
PIS e Cofins sobre faturamento	1.940	2.293
	5.817	2.830

19 Imposto de renda e contribuição social

	2024	2023
IRPJ a recolher	670	4.054
CSLL a recolher	13.995	14.408
	14.665	18.462

20 Pesquisa e desenvolvimento – P&D

	2024	2023
Pesquisa e desenvolvimento – P&D (a)	<u>6.067</u>	<u>4.782</u>
<p>(a) Em conformidade com a Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, alterada pelas Leis nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nº 10.848, de 15 de março de 2004, nº 11.465, de 28 de março de 2007, nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, e nº 14.120, de 1º de março de 2021, as autorizadas à produção independente de energia elétrica, devem aplicar, anualmente, um percentual mínimo de sua Receita Operacional Líquida (ROL) em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) Tecnológico do Setor de Energia Elétrica, segundo regulamentos estabelecidos pela ANEEL.</p>		

Conforme art. 4º da referida lei, a Companhia calcula 1% da ROL, 40% do valor apurado é destinado ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), 20% para o Ministério de Minas de Energia (MME), 12% para a Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) e 28% são recursos a serem investidos em projetos da Companhia, devendo os projetos ser submetidos à aprovação da ANEEL.

	2024	2023
Saldo inicial	4.782	6.713
Despesas com pesquisa e desenvolvimento	4.079	3.307
Atualização	175	419
Aplicações	<u>(2.969)</u>	<u>(5.657)</u>
Saldo final	<u>6.067</u>	<u>4.782</u>

21 Processos judiciais

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, julgou não ser necessário constituir provisão para cobrir perdas com as ações em curso, por serem consideradas de possibilidade remota de perda.

Existem outras contingências passivas envolvendo questões regulatórias e ambientais, avaliadas pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 303 (R\$ 120 em 2023), para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

22 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 2023, o capital social autorizado, subscrito e integralizado, conforme AGE realizada em 11 de dezembro de 2024, é de R\$ 139.039, representado por 88.020.000 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal. O capital social tem a seguinte composição:

Acionista	R\$	Ações	Representa- tividade %
Eneva S.A. (a) e (b)	139.039	88.020.000	100,00

- (a) Em 14 de novembro de 2024, as ações ordinárias do BTG Pactual Holding Participações S/A sobre a Companhia, foram transferidas integralmente para a acionista Eneva S.A., conforme Termo de Transferência de Ações nº 8, assinado na referida data.
- (b) Em 11 de dezembro de 2024, as ações ordinárias da Servtec Investimentos e Participações S/A, HS Investimentos Ltda e Salo Davi Seibel sobre a Companhia, foram transferidas integralmente para a acionista Eneva S.A., conforme Termos de Transferências de Ações nº 9, 10 e 11, assinados na referida data.

Dessa forma, a Eneva S.A. tornou-se a única acionista da Companhia.

b. Reservas de lucros

(i) Reserva legal

É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada final de exercício social, nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. Nos exercícios de 2024 e 2023, a Companhia não constituiu reserva legal, por ter atingido o limite de 20% do capital social.

(ii) Reserva de incentivos fiscais do imposto de renda

Por estar situada na área da SUDAM - Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia, a Companhia goza de incentivo fiscal do imposto de renda, que é reconhecido diretamente no resultado do exercício. Por determinação legal, esse incentivo não pode ser distribuído aos acionistas, razão pela qual é registrado em reserva específica. Em 31 de dezembro de 2024 foi destinado para reserva de incentivos fiscais o montante de R\$ 39.595 (R\$ 38.333 em 2023) referente ao incentivo fiscal do imposto de renda auferido no exercício.

c. Dividendos / Remuneração aos acionistas

O estatuto social assegura a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº. 6.404/76. A Administração usualmente vinha propondo dividendos adicionais ao mínimo obrigatório de 25%, para futura deliberação dos acionistas em assembleia geral.

Em 22 de março de 2024, conforme deliberação em Assembleia Geral Ordinária, foi aprovada a destinação de lucros apurados em 31 de dezembro de 2023, R\$ 134.960 a título de dividendos, esse valor contempla as distribuições intermediárias de dividendos ocorridas ao longo de 2023, que somam o montante de R\$ 123.846 conforme deliberações do Conselho de Administração realizadas nas datas de 20 de abril, 10 de julho, 16 de outubro e 7 de dezembro de 2023 e mais R\$ 11.114 referentes à parcela de lucro que excedeu ao dividendo mínimo obrigatório e mantido como dividendo adicional proposto em 31 de dezembro de 2023.

Nos meses de fevereiro, março e abril de 2024, a Companhia pagou integralmente o saldo de dividendos a pagar em 31 de dezembro de 2023, no montante de R\$ 33.953, sendo (i) R\$ 22.838 referente ao saldo a pagar existente no encerramento do exercício; e (ii) R\$ 11.114 referente ao dividendo adicional proposto, ambos deliberados em Assembleia Geral Ordinária.

Adicionalmente, em 12 de abril e 17 de julho de 2024, foi deliberado em reunião do Conselho de Administração a apropriação de dividendos intermediários no montante de R\$ 70.471, sendo pagos (i) R\$ 14.000 em maio, (ii) R\$ 30.129 em julho, (iii) R\$ 12.000 em agosto, (iv) R\$ 12.000 em setembro, e (v) R\$ 2.342 em outubro de 2024.

Conciliação dos valores pagos a título de dividendos no exercício:

	2024	2023
Saldo inicial	22.838	31.183
Dividendos propostos/aprovados		
Dividendos adicionais propostos do exercício anterior aprovados no período	11.115	10.425
Dividendos propostos	70.471	123.846
	81.586	134.271
Pagamentos efetuados		
Dividendos propostos do exercício anterior	(22.838)	(31.183)
Dividendos adicionais propostos do exercício anterior aprovados no período	(11.115)	(10.425)
Antecipação de dividendos intermediários do período	(70.471)	(101.008)
	(104.424)	(142.616)
Saldo final	-	22.838

O cálculo dos dividendos propostos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 está apresentado abaixo:

	2024	2023
Lucro líquido do exercício	180.236	173.293
(-) Incentivos fiscais do imposto de renda	(39.595)	(38.333)
Base de cálculo	140.641	134.960
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	35.160	33.740
Dividendos adicionais distribuídos	35.311	90.106
Total de dividendos distribuídos no exercício	70.471	123.846

d. Reservas de lucros a destinar

Refere-se à parcela do lucro líquido apurado no exercício, ainda não destinado, determinado no estatuto social da Companhia. Foi mantido o montante de R\$ 70.170 (R\$ 11.115 em 2023) em conta específica de reserva de lucros, no patrimônio líquido, até a deliberação definitiva da acionista.

23 Receita operacional líquida

	2024	2023
Receita bruta		
Energia contratada por disponibilidade	351.202	335.261
Energia fornecida (a)	102.550	32.738
	453.752	367.999
Deduções		
PIS	(7.488)	(6.073)

COFINS	(34.487)	(27.971)
	(41.975)	(34.044)
	411.777	333.955

- (a) A variação no saldo ocorre substancialmente porque em 2024 foram entregues para os clientes 87.378,63MWh de energia contratada - parcela variável e, em 2023 as usinas forneceram apenas 29.925,49MWh. Sendo, que em 2024, a Companhia auferiu receita de R\$ 5.121 (R\$ 3.545 em 2023) referente a “ressarcimento de energia comprada”.

24 Custos das vendas

	2024	2023
Óleo combustível OC-B1 (a)	(77.458)	(23.738)
Óleo lubrificante e diesel (a)	(4.543)	(1.771)
Custo com transmissão (b)	(31.513)	(26.397)
Matéria-prima e insumos (c)	(12.259)	(8.713)
Custos com pessoal	(18.659)	(15.778)
Depreciação e amortização	(14.876)	(14.817)
Demais custos aplicados (d)	(13.069)	(16.448)
	(172.377)	(107.662)

- (a) Variação atrelada à geração de energia pelas usinas por determinação do ONS, nos períodos descritos na nota explicativa nº 1d.
- (b) Deve-se ao custo com a transmissão pago para as empresas transmissoras de energia, cujo montante é calculado e registrado conforme contrato com o Operador Nacional do Sistema (ONS).
- (c) Trata-se dos custos com apropriação de material sobressalente, tancagem e sobre a aquisição de aproximadamente 5MW/mês de energia para ser disposta no Sistema Interligado Nacional, em função do déficit de garantia física das duas usinas.
- (d) Refere-se principalmente aos custos com a disponibilidade de caminhões, manutenção e seguros das usinas.

25 Despesas gerais e administrativas

	2024	2023
Serviços contratados	(3.727)	(4.979)
Pesquisa e desenvolvimento	(3.935)	(3.250)
Despesa com pessoal (a)	(14.830)	(5.292)
Depreciação e amortização	(417)	(390)
Outras despesas	(2.836)	(2.790)
	(25.745)	(16.701)

- (a) A variação está relacionada ao pagamento de prêmio aos funcionários e membros da Diretoria da Companhia, em virtude do desempenho superior ao ordinário esperado no exercício de suas atividades, deliberado na AGE de 24 de outubro de 2024.

26 Resultado financeiro, líquido

	2024	2023
Receitas financeiras		
Rendimento de aplicação financeira de liquidação imediata	1.029	1.280
Rendimento de aplicação financeira vinculadas	3.618	5.057
Outras receitas financeiras	16	29
	4.663	6.366
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures - FDA (a)	(2.543)	(6.463)
Juros sobre financiamentos - FNE (b)	(1.368)	(2.285)
Juros sobre empréstimo ABC	-	(138)
Despesas bancárias	(314)	(120)
Outras despesas financeiras	(186)	(422)
	(4.411)	(9.428)
Resultado financeiro, líquido	252	(3.062)

- (a) Em 2024 os juros incorridos sobre as debêntures do FDA totalizam R\$ 2.393. A Companhia apropriou ainda R\$ 150 de despesas referentes a “serviços de administração da conta centralizadora do BASA”, totalizando R\$ 2.543.
- (b) Em 2024 os juros incorridos sobre os empréstimos e financiamentos do FNE totalizam R\$ 1.859. A Companhia apropriou R\$ 491 referente à receitas de “bônus por adimplência de 15%”, nos termos da cláusula décima primeira da Escritura de Financiamento, totalizando R\$ 1.368.

27 Imposto de renda e contribuição social

A reconciliação dos impostos apurados conforme alíquotas nominais e o valor dos impostos reconhecidos contabilmente no resultado dos exercícios de 2024 e 2023 estão apresentados a seguir:

	2024	2023
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	211.961	204.538
Alíquota fiscal do imposto de renda e contribuição social combinada	34%	34%
Cálculo pela alíquota fiscal do imposto de renda e contribuição social combinada	72.067	69.543
Ajustes para apuração do lucro real: adições e exclusões:		
Despesas não dedutíveis	78	154
Provisões e (reversões) não dedutíveis	(539)	143
Incentivo PAT	(262)	(238)
Outras exclusões	(24)	(24)
	(747)	35
Imposto de renda e contribuição social correntes	71.320	69.578
(-) Incentivo fiscal do imposto de renda	(39.595)	(38.333)
Imposto de renda e contribuição social no resultado dos exercícios	31.725	31.245
Alíquota efetiva	14,97%	15,28%

28 Transações com partes relacionadas

A Companhia tem como partes relacionadas sua única acionista, a Eneva S.A, seus administradores, bem como entidades ligadas.

A partir de 11 de dezembro de 2024, a Servtec Investimentos e Participações S.A., Salo Davi Seibel, BTG Pactual Holding Participações S.A. e HS Investimentos Ltda, deixaram de fazer parte do quadro de acionistas da Companhia.

Nesse sentido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não manteve operações comerciais ou financeiras diretamente com a Eneva S.A, Servtec Investimentos e Participações S.A., Salo Davi Seibel, BTG Pactual Holding Participações S.A. e HS Investimentos Ltda. As transações ocorridas foram relacionadas ao pagamento de dividendos, conforme divulgado na nota explicativa nº 22.

As principais movimentações de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram os resultados do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações que estão detalhadas abaixo:

	<u>31 de dezembro de 2024 - Valor da transação</u>		
	Compras e pagamentos	Vendas e recebimentos	Empréstimo de peças
Apolo Lab Energia Renovável Ltda	2.158	-	-
Tropicalia Transmissora de Energia S.A.	98	-	-
Banco BTG Pactual S.A.	147	-	-
Gera Amazonas Geradora de Energia do Amazonas S/A.	-	6	-
Servtec Energia Ltda	109	-	-
UCB Indústria de Componentes Eletrônicos e Informática S.A.	1.340	-	-
Termelétrica Viana S.A.	-	5	189
	<u>3.852</u>	<u>11</u>	<u>189</u>

Remuneração de dirigentes

A remuneração da diretoria executiva era determinada pelo Conselho de Administração, e refere-se basicamente a salários. Os membros dos conselhos não são remunerados.

O total da remuneração de benefícios de curto prazo para os Diretores da Companhia durante o exercício de 2024 foi de R\$ 10.767 (R\$ 2.138 em 2023).

A Companhia não remunera o pessoal-chave da Administração com benefícios de longo prazo ou opções de ações.

29 Instrumentos financeiros

a. Classificação contábil e valores justos

A tabela a seguir apresenta os valores contábeis que se aproximam dos valores justos. Todos os ativos e passivos financeiros estão no nível 2 na hierarquia.

	2024	2023
Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Caixa e bancos	68.257	1.671
Contas a receber de clientes	2.088	15.651
Contas a receber de contratos	45.687	54.021
Adiantamentos e P&D	6.015	2.474
Aplicações financeiras vinculadas	-	41.386
	122.047	115.203

	2024	2023
Passivos financeiros mensurados ao custo amortizado		
Fornecedores e contas a pagar	22.404	27.248
Empréstimos e financiamentos	-	23.221
Debêntures	-	47.952
Outras contas a pagar	262	2.050
	22.666	100.471

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado

Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui e segue políticas de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros é regularmente monitorada e gerenciada a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro nos fluxos de caixa. As operações da Companhia estão sujeitas aos fatores de risco demonstrados a seguir:

Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, a Companhia adota como prática a análise das situações financeira e patrimonial de suas contrapartes e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras de baixo risco.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras foi:

	2024	2023
Contas a receber de clientes (Nota 8)	2.088	15.651
Contas a receber de contratos (Nota 9)	45.687	54.021
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 12)	-	41.386
	47.775	111.058

A Companhia não possui risco de crédito por região geográfica, pois todos os seus clientes estão localizados no Brasil. O risco de crédito por tipo de contraparte é mitigado pela relação contratual com seus clientes, através da modalidade CCEAR. As aplicações financeiras, quando existem, são efetivadas apenas em bancos considerados de baixo risco.

Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos à vista ou com outro ativo financeiro. A abordagem da Companhia na administração de liquidez é de garantir, o máximo possível, que sempre tenha liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Tipicamente, a Companhia garante que possui caixa à vista suficiente para cumprir com despesas operacionais esperadas para um período de 50 dias, incluindo o cumprimento de obrigações financeiras; isso exclui o impacto potencial de circunstâncias extremas que não podem ser razoavelmente previstas, como desastres naturais.

Exposição ao risco de liquidez

	Saldo contábil	Fluxo de caixa contratual total	Até 12 meses	Entre 1 e 2 anos	Acima de 2 anos
31 de dezembro de 2024					
Fornecedores	22.404	(22.404)	(22.404)	-	-
	<u>22.404</u>	<u>(22.404)</u>	<u>(22.404)</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
31 de dezembro de 2023					
Fornecedores	27.248	(27.248)	(27.248)	-	-
Empréstimos e financiamentos	23.221	(26.145)	(9.373)	(16.772)	-
Debêntures	47.952	(50.552)	(50.552)	-	-
	<u>98.421</u>	<u>(103.945)</u>	<u>(87.173)</u>	<u>(16.772)</u>	<u>-</u>

Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio, taxas de juros, têm nos ganhos da Companhia ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é monitorar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. As operações em moedas estrangeiras não são significativas, por esse motivo consideramos que não existe exposição relevante às flutuações do câmbio.

a. Risco de taxa de juros

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer ganhos ou perdas decorrentes de oscilações de taxas de juros incidentes sobre seus ativos e passivos financeiros. Visando à mitigação desse tipo de risco, a Companhia busca diversificar a aplicação de recursos em termos de taxas prefixadas ou pós-fixadas, enquanto as obrigações com financiamentos eram indexadas basicamente pela TJLP. Na data das demonstrações financeiras, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros da Companhia era:

	2024	2023
Aplicações financeiras vinculadas (Nota 12)	-	41.386
Empréstimos e financiamentos (Nota 16)	-	23.221
Debêntures (Nota 17)	-	47.952
	-	112.559

Análise de sensibilidade para instrumentos de taxa variável

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia baseada na taxa CDI de 10,83% a.a e TJLP de 6,80% projetada para 31 de dezembro de 2025, realizou análise de sensibilidade dos efeitos em seus resultados, advindos de uma alta na taxa de 25% em relação ao cenário possível e 50% em relação ao cenário remoto, como também, mais dois cenários para demonstrar os efeitos inversos com a redução de 25% e 50%, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

As operações da Companhia são normalmente indexadas a taxas pós-fixadas por CDI. Dessa forma, a Administração entende que qualquer oscilação nas taxas de juros não representaria nenhum impacto significativo nos resultados da Companhia, sobretudo porque, no mês de outubro de 2024, os financiamentos e debêntures foram amortizados integralmente pela Companhia, conforme demonstrado a seguir:

31 de dezembro de 2024					
	Cenário provável CDI	Cenário possível CDI (+25%)	Cenário remoto CDI (+50%)	Cenário possível CDI (-25%)	Cenário remoto CDI (-50%)
Taxas CDI conforme cenários	10,83%	13,54%	16,25%	8,12%	5,41%
TJLP conforme cenários	6,80%	8,50%	10,20%	5,10%	3,40%
Dívida líquida com juros variáveis	-	-	-	-	-
Efeito no resultado					
- Conforme taxa de 10,83% a.a. ⁽¹⁾	-	-	-	-	-
- Conforme cenário de stress	-	-	-	-	-
Efeito líquido no resultado CDI	-	-	-	-	-
- Conforme taxa de 6,80% a.a. ⁽¹⁾	-	-	-	-	-
- Conforme cenário de stress	-	-	-	-	-
Efeito líquido no resultado TJLP	-	-	-	-	-

(1) Fonte: Bradesco

31 de dezembro de 2023					
	Cenário provável CDI	Cenário possível CDI (+25%)	Cenário remoto CDI (+50%)	Cenário possível CDI (-25%)	Cenário remoto CDI (-50%)
Taxas CDI conforme cenários	9,15%	11,44%	13,73%	6,86%	4,58%
TJLP conforme cenários	6,55%	8,19%	9,83%	4,91%	3,28%
Dívida líquida com juros variáveis	28.116	28.116	28.116	28.116	28.116
Efeito no lucro ou prejuízo – de acordo com a projeção da taxa anual de 9,15%	2.573	2.573	2.573	2.573	2.573
- Conforme cenário de stress	-	3.216	3.860	1.929	1.288
Efeito líquido no resultado CDI	-	(643)	(1.287)	644	1.285
Efeito no lucro ou prejuízo – de acordo com a projeção da taxa anual de 6,55%	1.842	1.842	1.842	1.842	1.842
- Conforme cenário de stress	-	2.302	2.762	1.381	921
Efeito líquido no resultado TJLP	-	(460)	(921)	460	921

(1) Fonte: Bradesco

b. *Valor justo*

Os valores justos informados não refletem mudanças futuras na economia, tais como taxas de juros e alíquotas de impostos e outras variáveis que possam ter efeito sobre sua determinação. Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

- **Aplicações financeiras (de liquidez imediata e vinculadas)** - Os valores contábeis informados no balanço patrimonial se equivalem ao valor justo em virtude de suas taxas de remuneração serem baseadas na variação do CDI e SELIC. A hierarquia de valor justo é nível 2.
- **Contas a receber e fornecedores** - Decorrem diretamente das operações da Companhia, sendo mensurados pelo custo amortizado e estão registrados pelo seu valor original, deduzido de provisão para perdas e ajuste a valor presente quando aplicável. O valor contábil se equivale ao valor justo tendo em vista o curtíssimo prazo de liquidação dessas operações (menos de 90 dias). No caso dos valores a receber em prazo mais longo, a Companhia calcula seu valor presente, o que faz valor contábil ser equivalente ao valor justo.
- **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - São classificados como passivos financeiros não mensurados ao valor justo e estão registrados pelo método do custo amortizado de acordo com as condições contratuais. Esta definição foi adotada, pois os valores não são mantidos para negociação que de acordo com entendimento da Administração reflete a informação contábil mais relevante. Os valores justos destes financiamentos são equivalentes aos seus valores contábeis, por se tratarem de instrumentos financeiros com taxas equivalentes às taxas oriundas de fontes de financiamento específicas.

* * *

Administração da Companhia

Marcelo Campos Habibe
Diretor

Francisco Evandro Costa Souza
Contador CRC AM-009221/O-0 S-MA